



A CAUSA PALESTINA E A POLÍTICA DE EQUIDISTÂNCIA DA ARGENTINA

MEM ●
M●NITOR DO ORIENTE MÉDIO

Ahmad Alzoubi

MONITOR DO ORIENTE MÉDIO

O Monitor do Oriente Médio é um instituto de pesquisa política sem fins lucrativos que fornece informações e análises abrangentes sobre política internacional. Sua produção é disponibilizada para uso de jornalistas, acadêmicos e políticos com interesse nas regiões do Norte da África e Oriente Médio — com destaque para a questão palestina. O portal em português também inclui informações e análises sobre América Latina.

O objetivo do MEMO é influenciar políticas e pautas públicas a partir da perspectiva da justiça social, dos direitos humanos e da lei internacional. Isso é fundamental para obter igualdade, segurança e justiça.

O MEMO gostaria de ver um Oriente Médio definido por princípios de igualdade e justiça, ao promover a restauração dos direitos palestinos, incluindo o direito de retorno e um Estado palestino democrático com Jerusalém como sua capital. O MEMO defende também um Oriente Médio livre de armas nucleares.

Ao assegurar que formuladores de políticas sejam melhor informados, por meio de uma cobertura de mídia justa e embasada, o MEMO busca promover um maior impacto nos atores responsáveis por decisões-chave que afetam políticas regionais e internacionais.

Título:

A causa palestina e a política de equidistância da Argentina

Foto(s) de capa:

Domo da Rocha, em Jerusalém [Andrew Shiva/CC BY-SA 4.0]

Casa Rosada, em Buenos Aires [Lars Curfs/CC BY-SA 3.0 NL]

Publicado em maio de 2023.

Esta publicação preserva os direitos de copyright dos autores. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, transmitida ou distribuída, por qualquer forma ou meio, sem expressa autorização prévia dos detentores dos direitos autorais.



Monitor do Oriente Médio
Estado de São Paulo, Brasil
www.monitordooriente.com

A CAUSA PALESTINA E A POLÍTICA DE EQUIDISTÂNCIA DA ARGENTINA

Ahmad Alzoubi

Jornalista, doutorando no Programa de Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo e membro do grupo de pesquisa Jornalismo Humanitário e Media Interventions (HumanizaCom).



Pesquisa a relação entre palestinos na América Latina e a função da mídia na preservação de sua cultura e identidade. Publica artigos sobre aspectos das relações entre países da América Latina e a causa palestina e, em particular, sobre tais questões no Brasil. Também escreve sobre outros assuntos do mundo árabe.

Ainda que distante geograficamente, a Argentina tem um histórico de relações solidárias com a Palestina. Curiosamente, antes mesmo da aprovação da partilha da Palestina pela ONU em 1947, houve considerações acerca do país sul-americano como um possível “lar nacional dos judeus”. Essa ideia aparece no livro de Theodor Herzl, intitulado “O Estado Judeu”, de 1896. A Argentina foi apontada como uma das opções para o empreendimento, juntamente com a Palestina, por conta da fertilidade de suas terras e do baixo número de habitantes naquele período.

Conforme o ideólogo sionista, a Argentina era definida como “um dos mais férteis países do mundo, (que) estende-se sobre uma vasta área, tem uma escassa população e um clima ameno”.

Herzl considerava que “a República Argentina obteria considerável ganho da cessão de uma porção de seu território para nós”. E ainda ressaltava que “a presente infiltração de judeus certamente produziu algum descontentamento, e seria necessário esclarecer a República sobre a diferença intrínseca de nosso novo movimento.”



¿CÓMO SE SENTIRÍA USTED?

#PalestinaLibre

“E se fosse a Argentina?” [Páginas Árabes/Reprodução]

Cinquenta anos depois, a Argentina foi um dos poucos países do mundo e até mesmo da América Latina a se abster da decisão tomada pela ONU, sob o comando do brasileiro Oswaldo Aranha, de autorizar a partilha que levou a ocupação de boa parte da Palestina, na Resolução 181.

A despeito disso, o governo argentino manteve laços com Israel e a Palestina, oscilando entre a crítica e a parceria com a ocupação. E após uma decisão do Brasil de reconhecimento do Estado Palestino, a Argentina fez o mesmo, apoiando o estabelecimento de um Estado palestino nas fronteiras de 1967.

Imigrantes da grande “Nação Árabe”

Boa parte da comunidade palestina existente hoje na Argentina é descendente de uma grande onda de imigração árabe do final do século XIX ao primeiro quarto do século XX, ou seja, ainda durante o período em que o Oriente Médio estava sob o domínio otomano.

A psicóloga argentina, filha de uma família de imigrantes desse período, Bea Esseddin, recorda que os árabes que emigraram no período otomano se consideravam de nacionalidade árabe, já que Líbano, Síria, Palestina etc. não existiam como estados independentes.

O termo nação árabe é definido pela sua coesão territorial, linguística e cultural, enquanto simultaneamente celebra a sua diversidade étnica e religiosa. Não só a diversidade é tolerada, mas também é um motivo de orgulho, pois na perspectiva da cultura árabe, a diferença enriquece a todos. Isso explica porque os árabes daquela época tinham “uma visão de mundo e uma consciência de nacionalidade muito diferentes daquelas produzidas pelos árabes após a ocupação europeia, que obrigou cada região árabe a lutar separadamente para fundar seus Estados independentes”, lembra ela.

Em sua percepção, a iniciativa desses árabes em estabelecer instituições sociais, culturais e educacionais em diferentes regiões do país, configurou uma maneira de unir árabes, independentemente de suas origens geográficas, étnicas ou religiosas. Eles ainda criaram periódicos, sendo alguns deles bilíngues (árabe e espanhol). Apesar disso, muitas dessas associações não resistiram ao tempo e deixaram de existir.

Antes da Nakba, que foi a catástrofe da expulsão violenta dos palestinos de suas casas e terras pelas milícias sionistas apoiadas pela ONU, havia entre esses imigrantes árabes na Argentina um número pequeno de judeus que participavam de instituições árabes ao lado de cristãos e muçulmanos. Essa convivência durou até 1948, com o assalto às terras palestinas para criação de Israel. Então, os judeus se afastaram dessas instituições e fundaram associações e se dedicaram a difundir a ideologia sionista e a língua hebraica.

Do lado das famílias árabes, especialistas acreditam que é possível que muitos de seus membros ainda desconheçam suas raízes nacionais, e não saibam se seus antepassados eram palestinos ou não. A explicação está no fato de que seus avós e bisavós foram identificados como “sírios” quando chegaram à Argentina.

Os palestinos que chegaram ao país antes de 1917 eram muito poucos, a maioria camponeses, muito jovens, não se identificavam como “palestinos”, mas sim como nacionalidade “árabe”.

Os documentos dos que partiam do Oriente Médio sob o império otomano foram emitidos pelos turcos e, por isso, tanto na Argentina como no Brasil, eles eram chamados de “turcos”. Até hoje, muitos argentinos não diferenciam turcos de árabes ou muçulmanos.

Foi somente a partir dos anos 1980 que alguns descendentes desses imigrantes fundaram associações caracterizadas como “palestinas”.

A abstenção na partilha

A América Latina já foi o maior bloco de votação na Assembleia Geral da ONU, o que tornava a posição de seus países um alvo de disputa e cortejo, tanto de árabes quanto de sionistas.

Em 1947, houve uma reunião entre o presidente Juan Perón e um diplomata do Líbano, onde o último solicitou o apoio do governo argentino à posição árabe na votação que ocorreria na ONU a respeito da Palestina. De acordo com registros de imprensa, Perón informou ao diplomata que a posição da Argentina já estava definida e que o país era solidário à causa árabe.

Setores da Argentina apoiam há décadas o direito palestino de estabelecer seu Estado e condenam a política de ocupação israelense de confisco de terras. Em 1976, Carlos Ortiz de Rozas, o representante argentino nas Nações Unidas, criticou a política de estabelecimento de assentamentos e confirmou com seu voto duas resoluções que reconheciam a OLP como um participante fundamental para alcançar um acordo equitativo e duradouro na região.

Para que posições pró-Palestina fossem adotadas pela Argentina, muitos esforços de imigrantes, instituições ou delegações árabes foram feitos. Alguns nomes devem ser lembrados nessa movimentação e, entre eles, está um grupo que atuou para que o governo do presidente Juan Domingo Perón não votasse a favor da partilha da Palestina na ONU: o peronista Elias Richa, o palestino diretor da Biblioteca Árabe na Argentina, Ibrahim Hallar e o chefe da delegação da Liga Árabe para a América Latina que chegou à Argentina em 1947, Akram Zuaiter.

Um dos primeiros a trabalhar no continente sul-americano em busca de resultados diplomáticos e na formação de grupos de pressão foi o ativista Akram Zuaiter. Ele estabeleceu o Comitê Argentino-Árabe para

defender a causa palestina, após convocar outros grupos árabes do país coordenar essas ações. O comitê conseguiu efetivamente unificar e mobilizar as comunidades árabes na Argentina.

Zuaiter esteve à frente de uma delegação com os demais representantes em visitas à Argentina, México, Brasil, Chile, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Cuba, Guatemala, El Salvador, Honduras e Nicarágua no ano de 1950. Na época, essas visitas eram conhecidas como “a viagem da delegação árabe” à América Latina.

Ibrahim Hallar, palestino, diretor da Biblioteca Árabe, promoveu a organização e planejamento de visitas de destacadas personalidades árabes à Argentina com o objetivo de se reunir com autoridades do Estado. Em 1947, recebeu a visita de Mahmoud Azmi Bey, o vice-presidente dos Estados Árabes e o membro mais importante da Liga dos Estados Árabes, a qual despertou grande interesse da imprensa e da mídia.

A abstenção da Argentina foi coerente com as pretensões do presidente Juan Perón, que buscava mais liberdade na tomada de decisões e no voto contra a vontade dos Estados Unidos da América após a Guerra Fria. Ele queria que a Argentina mostrasse uma medida de independência política e viu no mundo árabe, especialmente após o fim do colonialismo francês, uma oportunidade para abrir um relacionamento com esses países emergentes.

A comunidade árabe em geral, e principalmente a comunidade síria e libanesa, e mesmo a pequena comunidade palestina, tiveram uma atitude positiva frente à adoção dessa posição pelo presidente.

A abstenção foi recebida pela liga e comunidades árabes como alinhamento discreto com a causa palestina. A Sociedade Sírio-Libanesa de Santiago de Estero, o Clube Sírio-Libanês de San Juan e a sociedade árabe-muçulmana da província de Córdoba, entre outras organizações

cívicas árabes no país, encaminharam notas de agradecimento aos governantes. O jornal árabe Los Dones de Tucúman –reduto provincial árabe da Argentina – agradeceu ao governo Perón por seu apoio à causa árabe, assim como o Comitê Árabe Central de Ajuda à Palestina.

Tanto Elías Richa quanto Ibrahim Hallar estiveram presentes em um evento de rua que celebrou a decisão. Durante o evento, Hallar parabenizou a multidão e afirmou que a Argentina era o símbolo da resistência contra a ideia injustificável de criar um lar nacional judaico na Palestina. Uma circular argentina foi manchete em outubro de 1947 agradecendo a Perón por sua política pró-árabe. O estudioso Edward Glick, que escreveu sobre “A América Latina e o problema palestino” em 1958, concluiu que o voto sobre a partilha “em grande medida [poderia] ser explicado pela influência de suas comunidades árabes”.



Manifestante segura um cartaz durante ato em frente à embaixada de Israel em Buenos Aires, após a morte de 60 palestinos por tiros israelenses durante protestos na fronteira com Gaza, contra a transferência a embaixada dos Estados Unidos a Jerusalém, em 15 de maio de 2018 [Mabromata/ AFP via Getty Images]

Aproximações com o mundo árabe

A votação e a neutralidade da Argentina na ONU tiveram impacto direto sobre as relações com o mundo árabe. Houve um aumento repentino na atividade diplomática. O pesquisador Ignacio Klich afirma que, apesar do afastamento do Oriente Médio da “órbita normal de interesse” da Argentina, os dois primeiros mandatos eleitorais de Perón testemunharam a expansão dos vínculos do regime anterior com aquela região.

Perón, no entanto, procurava contrabalançar o apoio aos direitos palestinos com medidas para não descontentar Israel, consideradas recuos. Nomeou Pablo Mangel como o primeiro embaixador argentino em Israel e foi o primeiro governo latino-americano a estabelecer relações diplomáticas formais com o novo Estado.

Nas décadas seguintes, a Argentina firmou acordos comerciais e teve importantes intercâmbios com Israel, inclusive na aquisição de equipamentos durante a Guerra das Malvinas, enquanto Israel demandava que Buenos Aires não o condenasse em fóruns internacionais.

“Além disso, na década de 1950, a Argentina estava começando a se estabelecer como um importante fornecedor de carne bovina e trigo para o Oriente Médio, incluindo o Egito, Jordânia, Síria e, em menor medida, a Palestina”, segundo Klich.

Embora Israel fosse importante para os interesses diplomáticos da Argentina, aos poucos “a Palestina se tornou um dos mercados mais importantes no Oriente Médio” nessa época, diz o pesquisador.

O governo manteve uma relação positiva com a comunidade judaica por anos. Isso não significou, porém, apoio automático ao Estado sionista, e Buenos Aires manteve sua postura histórica de equidistância; às vezes mesmo crítica, como nos casos da invasão ao Líbano e da Intifada.

O presidente Alfonsín, por exemplo, cancelou uma visita a Tel Aviv em reação ao tratamento repressivo dado por Israel à revolta palestina. Mas segundo a pesquisadora Ornella Fabani, a posição da Argentina era em geral a de evitar resoluções extremamente críticas a Tel Aviv.



“Juicio a las Juntas”, em Buenos Aires, 22 de abril de 1985; conforme pedido do então presidente Raul Alfonsín e apelos da sociedade civil por justiça de transição, militares argentinos foram julgados e responderam por seus crimes cometidos durante a ditadura [Telam/CC]

Em seu discurso na quadragésima Assembleia Geral em 1985, o conselheiro da República Argentina, Dante Caputo, expressou preocupação com a questão palestina. Ele apoiou o direito dos palestinos a um Estado independente e os direitos de “todos os estados da região, incluindo Israel, de viver dentro de fronteiras seguras e internacionalmente reconhecidas” e condenou a ocupação violenta. “Por essas mesmas razões, condenamos todas as ações que ameacem a existência desses direitos, como a ocupação de territórios pela força, e atos de terrorismo e violência que destroem vidas, famílias e mutilam crianças e jovens”, disse ele, conforme registra o trabalho dos pesquisadores Flávio e Francisco Castro.

A comunidade árabe na Argentina teve início no final do século XIX, mas sua organização institucional ocorreu durante a década de 70. Os descendentes árabes, especialmente os libaneses e sírios, estão bem integrados à vida argentina e atuam em vários níveis de influência

A Federação de Entidades Argentino-Árabes (Fearab), instituição terciária que reúne várias federações provinciais, criada em 1972, mantém uma relação geralmente amigável com os diversos governos desde então.

A partir de 1984, a comunidade árabe começou a adotar estratégias de soft power. Um grupo de exilados chilenos de origem palestina formou uma companhia de teatro que gerou um espaço de intercâmbio para argentinos de origem palestina e foi o ponto de partida para reunir a comunidade e divulgar a situação do povo palestino no país. O Centro Cultural Argentino-Palestino Sanaud também foi criado naquele ano, com a missão de divulgar a história, cultura e política desses territórios. Em 1987, foi criada a Federação Argentino-Palestina.

Durante a década de 1980, foi criado o Comitê Argentino de Solidariedade ao Povo Palestino, antes mesmo da Autoridade Nacional Palestina existir. O Gabinete de Informação na Argentina nasceu em 1985 e buscava “a reivindicação dos direitos inalienáveis do povo palestino, a divulgação da questão palestina, a lembrança de datas-chave para nosso povo” e particularmente “a defesa do reconhecimento pelo governo argentino de um futuro escritório diplomático da Organização para a Libertação da Palestina”.

A comunidade árabe na Argentina já teve representantes importantes na política do país, como Carlos Menem, ex-presidente, e Juliana Awada, primeira-dama durante o governo de Mauricio Macri. Além disso, a comunidade tem expressões em diversos campos, incluindo jornalismo, com o famoso jornalista Daniel Haddad, o proprietário da Rádio Belgrano, Jorge Antonio e muitos jogadores e treinadores famosos de futebol.

Posições de governo desde a partilha

Juan Domingo Perón foi militar, político e presidente da Argentina por três mandatos: de 1946 a 1952, de 1952 a 1955 e de 1973 a 1974. A rejeição da Argentina ao projeto de mudança da capital de Israel de Tel Aviv para Jerusalém não favoreceu o aprofundamento do vínculo entre os países. Em relação à questão, a Argentina manteve sua postura mesmo após apelos e esforços de Israel para que fizesse a transferência. Contudo, se aproximou de Israel em outros campos e momentos.

Após o período sangrento da ditadura argentina, houve uma estreita relação entre o governo Alfonsín – 1983 a 1989 – e a comunidade judaica sionista. Depois, houve apoio implícito a Israel durante o governo seguinte, com flutuações.

O político Carlos Saúl Menem Akil foi presidente da Argentina de 8 de julho de 1989 a 10 de dezembro de 1999. Em 1990, ele permitiu a abertura do primeiro escritório da OLP em Buenos Aires, mas não reconheceu a organização oficialmente. Isto só veio a acontecer em 1996, com o reconhecimento da Autoridade Nacional Palestina pela Argentina, mas o fato ocorreu após Israel e a OLP se reconhecerem mutuamente, o que antecedeu a assinatura dos Acordos de Oslo, segundo Fabani.

Em 2005, um ano após a morte de Yasser Arafat, o presidente eleito Nestor Kirchner autorizou a abertura de um escritório diplomático argentino na Palestina e, em 2006, assinou acordos de cooperação agrícola e desenvolvimento industrial com Israel.

A posição do país mudou mais uma vez recentemente, tendendo à esquerda no governo de Cristina Fernández de Kirchner (2007-2015). Neste período, a Argentina inaugurou sua representação em Ramallah em 2008 e, no final de 2010, reconheceu um Estado palestino livre e independente, dentro das fronteiras existentes em 1967.

A política externa argentina, no entanto, foi geralmente a de manter o princípio da equidistância, e ao mesmo tempo lidar com novos sentimentos da comunidade judaica desde os atentados da década de 90 contra sua embaixada e uma de suas instituições.

Em 17 de março de 1992, uma explosão na embaixada israelense da Argentina, em Buenos Aires, deixou vinte e nove mortos e 242 feridos. Em 1994. Um carro-bomba explodiu na sede da Associação Mutual Israelita Argentina (AMIA) e da Delegação de Associações Israelitas Argentinas (DAIA), no centro de Buenos Aires.

As investigações jamais apontaram qualquer conexão com a comunidade árabe-palestina na Argentina. Ainda assim, suas organizações sentiram o impacto e a desconfiança.



Equipes de resgate vasculham os escombros após um atentado a carro-bomba contra o Centro Comunitário Judaico da Associação Mútua Israelita Argentina (AMIA), em Buenos Aires, 18 de julho de 1994 [Diego Levy/Bloomberg via Getty Images]

Entrevistado por Ornela Fabani, o ex-secretário geral da Fearab, Gustavo Moussad, afirmou que “os dois ataques na Argentina, seja na Embaixada ou na AMIA, foram a pior desgraça que pode ter sofrido a comunidade árabe e islâmica no país; pairava sobre nós um cobertor de permanente suspeita e perseguição através do ações de inteligência e mídia impressa e televisiva”.

Durante o governo de Maurício Macri, em 11 de setembro de 2017, a Argentina recebeu a primeira visita de um primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu. No ano seguinte, em junho, a seleção de futebol argentina anunciou que não jogaria um amistoso com Israel, gerando grande repercussão na mídia.



Seleção argentina recusa amistoso com Israel [Carlos Latuff]

A passagem do governo de Maurício Macri para o presidente seguinte, Alberto Fernandez, foi um período de pressões do lobby sionista para que parlamentos pelo mundo seguissem o exemplo de legisladores da

Inglaterra e aceitassem a definição da prática de antissemitismo da Aliança Internacional para a Memória do Holocausto (IHRA), usada por aqueles que enxergam na crítica a Israel uma forma de antissemitismo.

Na Argentina não foi diferente e a aprovação dessa proposta pelo legislativo em Buenos Aires repercutiu na mídia, mas o ponto de vista crítico à decisão, por confundir a luta contra o antissemitismo com posições políticas contrárias ao Estado de ocupação, praticamente não foi abordado na imprensa.



Presidente Mauricio Macri recebe o premiê israelense Benjamin Netanyahu na Casa Rosada, em Buenos Aires, 12 de setembro de 2017 [Twitter]

Percepções sobre a mídia

Algumas pessoas ouvidas sobre como a mídia argentina aborda a questão palestina indicam que há situações chave em que a resistência à ocupação israelense aparece na pauta – e estas estão geralmente associadas a violência e guerras.

Durante o processo da partilha, as comunidades árabes fizeram um esforço para promover uma campanha informativa. No entanto, logo depois que Isabelita Perón foi deposta, de forma sangrenta, a liberdade de imprensa foi amplamente comprometida pela censura implementada pelo regime militar, com repressão brutal a protestos e expressões de pensamento dissidente ou crítico em relação ao uso da força.

Naquele período, houve um intenso comércio de armas com Israel, que se tornou uma atividade de grande relevância. Anos mais tarde, vídeos contendo ataques à Gaza divulgados nas redes sociais geraram uma série de repúdios ao governo israelense, tanto por parte do governo argentino como também por outros países da região.

Para Rafael Araya Mazry, presidente da Coplac na América Latina, a presença midiática da comunidade palestina na mídia tradicional argentina é quase nula, com exceção das redes sociais e mídia eletrônica, que são as únicas formas de divulgação da perspectiva palestina sob ataque. É raro ver a cobertura em relação à essa temática, salvo quando há ataques do exército israelense ao povo palestino em Gaza. Nessas ocasiões, as informações correspondentes são publicadas, mas sempre provenientes das grandes agências internacionais. Há, portanto, uma carência de fontes locais que abordem a questão palestina na Argentina.

Bea Esseddin concorda. Para ela, a cobertura da mídia argentina sobre a Palestina é limitada e se resume a destacar apenas eventos sangrentos, como ataques a Gaza. Fora desses momentos, a Palestina é apagada tanto na mídia quanto nos livros didáticos. Quando é mencionada, geralmente é de acordo com a narrativa sionista, sem consultar os próprios palestinos ou a embaixada palestina. Apesar de haver jornalistas argentinos engajados na causa, a cobertura é pontual e não há uma mídia regular que se dedique a tratar do tema.

Apenas um reduzido número de jornalistas argentinos manifesta apoio à questão palestina. Mesmo esses profissionais somente abordam o tema nos casos mencionados. Há uma escassa cobertura midiática regular sobre a Palestina, salvo alguns veículos alternativos e menores.

Nos momentos em que a situação dramática da Palestina ocupou manchetes, a mídia argentina sempre destacou a visão de Israel. Por exemplo, nas notícias sobre o reconhecimento do Estado Palestino pelo Brasil e Argentina, tiveram destaques a decepção e críticas dos diplomatas israelenses. Mas é comum entre as pessoas entrevistadas a percepção de que a imprensa não dispensa o mesmo tratamento em outras situações envolvendo o Estado de Ocupação e sobre as quais a comunidade palestina também quer expressar seus pontos de vista.

O jornalista e radialista Fernando Issas considera que a Palestina faz parte da agenda da mídia em raras exceções. Ele acredita que jornalistas e comunicadores populares fora do establishment são os que podem quebrar a censura para falar sobre a Palestina ou mesmo sobre outros povos que lutam por sua liberdade e autodeterminação.

Ele mantém um programa de rádio dedicado inteiramente à Palestina, chamado *Detras de los Muros*, e que traz vozes da diáspora palestina na Argentina. Mas para isso, precisa manter a atividade por conta própria, sem publicidade ou patrocinadores. É uma forma, segundo ele, de não condicionar o que pode ou não pode dizer.

Ele acredita que as posições dos governos sucessivos em relação à Palestina são fator importante para que a pauta tem espaço maior ou menor na mídia. A comunidade palestina foi mais ouvida, segundo ele, de 2003 a 2015, período em que Cristina Kirchner e seu falecido marido, Nestor, governaram a Argentina.

Masry, pensa o mesmo. Ele considera que, talvez, o maior avanço midiático sobre a pauta palestina tenha sido alcançado durante o governo de Cristina, que reconheceu oficialmente a Palestina como um Estado livre e independente em 2010 e convidou o presidente Mahmoud Abbas a visitar o país concedendo-lhe o status de visita de Estado com tudo que isso significa.

A mídia, recorda ele, não tinha escolha a não ser cobrir totalmente a informação. Além disso, toda vez que falava pela Argentina na Assembleia Geral da ONU, Cristina reivindicava em seus discursos o direito de a Palestina ter seu próprio estado em conformidade com as normas do direito internacional.

A verdade é que muitas pessoas na Argentina não sabem o que está acontecendo na Palestina ou não sabem o motivo do conflito, diz o jogador de futebol Marcos Abdou, neto de imigrantes que chegaram de barco à Argentina, fugindo da guerra. Ele já representou a seleção palestina em jogos internacionais. Por sua vivência, ele acredita que as notícias sobre a Palestina aparecem quando são puxadas por outros fatos de maior interesse, como o futebol. Como exemplo, ele cita o caso da partida entre Argentina e Israel cancelada, depois que os jogadores argentinos se recusaram a participar, em protesto contra a ocupação.

A situação da palestina entra na mídia, segundo o jornalista sírio-argentino Gustavo Abu Arab, quando há desastres climáticos ou uma crise de saúde como a da covid-19, quando faltavam vacinas lá. O tema palestino, diz ele, entra também em matérias sobre o tema islâmico, mas com fontes que não sabem muito sobre isso.



Mahmoud Abbas (3º eq.) discursa ao lado da presidente argentina Cristina Kirchner (3ª dir.) durante almoço no palácio San Martin em Buenos Aires, durante visita oficial de dois dias ao país, em 23 de novembro de 2009 [Juan Mabromata/AFP via Getty Images]

Durante o governo de Mauricio Macri, a influência do sionismo na mídia foi mais perceptível. E já no início do governo de Fernandez, ou mesmo antes da posse, com a volta de Cristina, agora como vice-presidenta, a diplomacia israelense fez movimentos pela continuidade das relações de parceria.

As pressões internas, das comunidades de imigrantes árabes ou judeus, ou externas, em níveis diplomáticos, parecem mais determinantes para a visão argentina da questão palestina, do que investigações mais profundas sobre a ocupação no cotidiano da mídia. Geralmente, a cobertura é orientada pela reprodução de informações de agências ocidentais.

“Não há um governo melhor que outro em relação à Palestina, apenas atitudes pontuais”, comenta Gustavo Abu Arab.



Presidente da Argentina Alberto Fernández e primeiro-ministro de Israel Benjamin Netanyahu se reúnem para declaração conjunta na manhã de 24 de janeiro de 2019, em Jerusalém ocupada, acompanhados de suas respectivas esposas, Fabiola Yáñez e Sara Netanyahu [Esteban Collazo/Wikimedia/CC]

Fernandez surpreendeu ao escolher, de forma inédita, o destino de Israel para primeira viagem após empossado, em janeiro de 2020, ganhando espaço também na imprensa internacional, já que, tradicionalmente, a primeira visita de um presidente argentino é feita ao Brasil. Mudança de rumo? Ele diz que não.

Em relação à mudança da embaixada de Israel de Tel Aviv para Jerusalém, por exemplo, a Argentina mantém firme posição contrária. Para o governo de Fernandez, seguir por outro caminho seria contrário à política de equidistância e afetaria as relações com alguns países do Oriente Médio.

MEMO

MONITOR DO ORIENTE MÉDIO

Criando Novas Perspectivas



monitordooriente.com



[/monitordooriente](https://www.facebook.com/monitordooriente)



[@monitordoorient](https://twitter.com/monitordoorient)



[@monitordooriente](https://www.instagram.com/monitordoorient)